

NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO

Artigo 1.º

Objeto

O presente documento tem por objeto a atribuição de bolsas por mérito a estudantes matriculados e inscritos em instituições de ensino superior

Artigo 2.º

Âmbito

1. O presente documento disciplina a atribuição de bolsas por mérito a estudantes inscritos em cursos de grau académico ou diploma, nomeadamente em cursos do 1º ou 2º Ciclos e em cursos de especialização tecnológica (CET), desde que não financiados, adiante genericamente designados por curso(s).
2. As bolsas de estudo por mérito são atribuídas anualmente a estudantes que tenham mostrado aproveitamento escolar excecional.

Artigo 3.º

Bolsa de Estudo por Mérito

A bolsa de estudo por mérito é uma prestação pecuniária, destinada a estudantes que tenham mostrado um aproveitamento escolar excecional.

Artigo 4.º

Aproveitamento Excecional

Para os fins do presente documento considera-se que teve aproveitamento excecional o estudante que satisfaça, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) No ano letivo anterior ao da atribuição da bolsa tenha obtido aproveitamento em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do ano curricular em que se encontrava inscrito;
- b) A média das classificações das unidades curriculares a que se refere a alínea a) não pode ser inferior a Muito Bom (16 valores).

Artigo 5.º

Prazos

O processo para atribuição de bolsas de estudo está aberto, para cada ano letivo, do dia 01 ao dia 20 de Outubro. A abertura do processo é divulgada através da afixação de Edital nos locais de estilos habituais, nas Juntas de Freguesia e na Escola Secundária do Concelho.

Artigo 6.º

Requisitos

É candidato à bolsa de estudo o estudante que prove e/ou satisfaça as seguintes condições:

- a) Residência permanente no Concelho da Golegã;
- b) Frequente um curso de Ensino Superior, no ano letivo para que solicita a bolsa;

NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO

- c) Tenha tido um aproveitamento escolar excecional;
- d) Não possua já habilitações, curso equivalente àquele que pretende frequentar, curso médio ou superior;
- e) Não seja devedor ao Município ou o seu agregado familiar.

Artigo 7.º

Documentação a Entregar

O impresso de candidatura é fornecido aos interessados pela Divisão de Intervenção Social – Serviço de Educação, sendo dirigido ao Presidente da Câmara Municipal e devidamente preenchido e assinado, acompanhado com os documentos comprovativos das condições de acesso à bolsa, que são os seguintes:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão do candidato;
- b) Comprovativo de não dívida ao Município;
- c) Documento comprovativo do reconhecimento do curso pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, se ministrado por entidade privada;
- d) Certificado de matrícula comprovativo da admissão no estabelecimento de ensino superior do ano a que corresponde a candidatura;
- e) Certificado de aproveitamento escolar obtido no ano letivo anterior, caso tenha estado matriculado no ensino superior;
- f) Declaração de compromisso de honra sobre a veracidade das informações prestadas;
- g) Atestado de residência com composição do agregado familiar, emitido pela Junta de Freguesia da área de residência.

Artigo 8.º

Bolsa de Estudo e Forma de Pagamento

1. A Câmara Municipal atribui anualmente três bolsas de mérito.
2. O montante de cada bolsa será mensalmente igual a 30% do salário mínimo nacional em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.
3. Caso existam outras bolsas já atribuídas ao estudante, o valor da bolsa de estudo da Câmara Municipal é ajustado por defeito, sendo que o somatório das bolsas não pode ultrapassar o montante estabelecido para o salário mínimo nacional.
4. A bolsa inicia-se no mês de Novembro de cada ano, e será depositada diretamente na conta bancária do(a) bolseiro(a), até dia 15 do mês a que se refere, ou no dia útil imediatamente a seguir.

Artigo 9.º

CrITÉRIOS de SÉRIAÇÃO

A seriação dos candidatos é feita pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

- 1.º Melhor média das classificações obtidas nas unidades curriculares referidas na alínea a) do artigo anterior;
- 2.º A média das classificações das unidades curriculares a que se refere a alínea b) do artigo anterior deve ser calculada até às décimas para efeitos de desempate;



NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO

3.º Melhor médias das classificações obtidas em todas as unidades curriculares dos anos letivos anteriores que integrem o plano de estudos do curso em que o estudante se encontra inscrito.

Artigo 10.º

Comissão de análise

As candidaturas serão objeto de avaliação por parte de uma comissão de análise com seguinte constituição:

- a) O Presidente da Câmara, que poderá delegar num Vereador;
- b) Um representante do Conselho Municipal de Educação;
- c) Um representante da Divisão de Intervenção Social.

Artigo 11.º

Decisão

A decisão de que as candidaturas aos apoios reúnem as condições estabelecidas no presente documento, será tomada pela Câmara Municipal, mediante prévia apreciação do relatório a elaborar caso a caso pela comissão de análise prevista no presente Regulamento.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

As presentes Normas de atribuição de bolsas de mérito entram em vigor no dia útil imediatamente subsequente à sua aprovação.